



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ATA DE REUNIÃO Nº 3/2023 - CONSUNI (11.00.06)

Nº do Protocolo: 23006.020720/2023-31

Santo André-SP, 18 de Julho de 2023

(Assinado digitalmente em 21/09/2023 10:

55)

CAROLINA MOUTINHO DUQUE DE PINHO

CHEFE - TITULAR (Titular)

SG (11.01.03)

Matrícula: 2133215

(Assinado digitalmente em 20/09/2023 09:

16)

FABIANE DE OLIVEIRA ALVES

CHEFE - TITULAR (Titular)

SGDCONS (11.01.03.01)

Matrícula: 2736513

(Assinado digitalmente em 20/09/2023 09:

13)

KATIA TONELLO SEMMELMANN

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SGDCONS (11.01.03.01)

Matrícula: 3125533

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2023**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **20/09/2023** e o código de verificação: **7147083602**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 03/ORDINÁRIA/CONSUNI/2023/SG-DC

1 Aos 18 dias do mês de julho do ano de 2023, no horário das 14h, na Sala dos Conselhos, Torre 1
2 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001, Bloco
3 A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a III sessão ordinária do Conselho
4 Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2023, previamente
5 convocada e presidida pela magnífica vice-reitora, Mônica Schröder, com a presença dos seguintes
6 **conselheiros**: Bianca Barboza Bertolotto, representante suplente discente de Graduação; Caroline
7 Barbosa Silvério, representante titular técnica-administrativa; Daniel Mendes Gomes,
8 representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Daniel
9 Pansarelli, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Érica Terceiro Cardoso,
10 representante suplente técnica-administrativa; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de
11 Graduação; Fernando Luís da Silva Semião, representante titular docente do CCNH; Francisco
12 José Gozzi, representante titular docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição
13 (CMCC); Gabriela Rufino Maruno, pró-reitora de Extensão e Cultura; Guadalupe Maria J. A. de
14 Almeida, representante titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais
15 Aplicadas (CECS); Igor Gonçalves Pereira, representante suplente discente de Pós-Graduação;
16 João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação; Ketelyn Karina Silva, representante titular
17 discente de Graduação; Lilian Santos Leite Menezes, pró-reitora adjunta de Assuntos
18 Comunitários e Políticas Afirmativas; Marcelo Zanotello, representante titular docente do CCNH;
19 Marcos Vinicius Pó, diretor do CECS; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante
20 titular técnica-administrativa; Maurício Richartz, vice-diretor do CMCC; Natália Gil,
21 representante externa da comunidade civil; Nazar Arakelian, representante titular docente do
22 CMCC; Nivaldo Benedito Ferreira Campos, representante titular docente do CECS; Regimeire
23 Maciel, representante titular docente do CECS; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, diretor
24 do CCNH; Ruth Ferreira Galduroz, representante suplente docente do CMCC; Silas Justiniano
25 Veiga da Silva, representante suplente técnico-administrativo; Vanessa Cervelin Segura, pró-
26 reitora adjunta de Administração; Vanessa Lucena Empinotti, representante suplente docente do
27 CECS; Vitor Gabriel Bucieri Theodoro, representante titular discente de Pós-Graduação; Wagner
28 Alves Carvalho, pró-reitor de Pesquisa. **Ausências justificadas**: Dácio Roberto Matheus, reitor;
29 Cristiane Otero Reis Salum, representante titular docente do CMCC; Gilberto Marcos Antônio
30 Rodrigues, representante titular docente do CECS; Luciana Aparecida Palharini, representante
31 titular docente do CCNH; Marcelo Furlin, representante externo da comunidade civil. **Ausentes**:
32 Anderson Orzari Ribeiro, representante titular docente do CCNH; André Pierro de Camargo,
33 representante titular docente do CMCC; Cíntia Madalena Lourenço, representante titular discente
34 de Graduação; Kananda Alves Santos, representante titular discente de Graduação; Márcia
35 Aparecida Sperança, representante titular docente do CCNH; Salomão Barros Ximenes,
36 representante titular docente do CECS. **Não votantes**: Fabiane de Oliveira Alves, secretária-geral
37 substituta; Gabriela Alves dos Santos, discente de Graduação; Lucas Mathias Ribeiro,
38 representante suplente discente de Pós-Graduação. **Apoio administrativo**: Jeanderson Carlos de
39 Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Divisão de Conselhos
40 da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, a presidente em exercício, Mônica Schröder, abre a

41 sessão às 14h06, justificando a ausência do presidente, Dácio Roberto Matheus, que se encontra
42 em Brasília com outros integrantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições
43 Federais de Ensino Superior (Andifes) para reuniões acerca da Proposta Orçamentária de 2024.
44 No ensino, convida o conselheiro Marcelo Zanotello para compor a Mesa. **Informes da Reitoria:**
45 a presidente em exercício reforça o pedido para indicação de uma chapa (titular e suplente), dentre
46 os conselheiros e conselheiras docentes para compor a Comissão de Assuntos de Natureza
47 Orçamentária e Administrativa (Canoa), ressaltando a importância da representação de todas as
48 categorias e solicita, se possível, que os nomes sejam apresentados até o final da sessão. **Informes**
49 **dos conselheiros:** 1) o conselheiro Wagner Alves Carvalho informa que o Conselho Editorial do
50 Informativo PesquisABC está realizando a avaliação final das submissões para a edição de nº 35,
51 de setembro, que será dedicada às pesquisadoras mulheres da UFABC e comunica que a próxima
52 edição contará com uma sessão dedicada aos trabalhos elaborados pelos técnicos e técnicas
53 administrativas da universidade, solicitando aos representantes da categoria que auxiliem na
54 divulgação do informativo; 2) a conselheira Maria Isabel Vendramini Mesquita Delcolli informa
55 que, entre os dias 07 e 09 de agosto, a UFABC receberá a primeira visita de avaliação de curso
56 para o reconhecimento do Bacharelado em Biotecnologia, observando que haverá a ocorrência de
57 membros de diversos setores da universidade circulando pelos *campi*, transmitindo ao vivo as
58 instalações para os avaliadores que participarão remotamente do processo. Comunica que a
59 próxima avaliação está agendada para o Bacharelado em Neurociência, ao final de setembro; 3) o
60 conselheiro Marcelo Zanotello agradece, em nome da Comissão do Plano de Desenvolvimento
61 Institucional (PDI) da UFABC, pelas mais de 340 contribuições para a construção do novo plano,
62 que foram encaminhadas por meio do preenchimento do formulário *on-line*. Convida todas as
63 instâncias para que contribuam na reta final de recolhimento de propostas. Mônica Schröder
64 parabeniza a comissão pelos trabalhos realizados e pela metodologia aplicada nesse processo de
65 construção do PDI. Reitera o agradecimento a toda a comunidade acadêmica que contribuiu nesta
66 primeira etapa de elaboração do novo plano; 4) a conselheira Ketelyn Karina Silva realiza a leitura
67 de carta elaborada pelos estudantes dependentes de auxílios socioeconômicos. No manifesto, os
68 estudantes pontuam as dificuldades encontradas no acesso a esse direito, que muitas vezes o
69 inviabiliza. A carta ressalta, ainda, que os auxílios são destinados a estudantes de graduação de
70 baixa renda que precisam do recurso para manterem-se na universidade. Destaca que quando o
71 fluxo de análise documental demora além do planejado, o auxílio é cancelado, tornando o processo
72 demasiado estressante para os solicitantes. Ademais, relata que um processo tão exaustivo é
73 contraditório com a busca pela democratização do ensino superior, enfatizando que em alguns
74 casos o estudante solicitante é o único responsável pela subsistência de seu meio familiar e o não
75 pagamento, ou o atraso no pagamento dos auxílios, inviabiliza a permanência na universidade.
76 Além disso, ressalta a precarização do ambiente de trabalho dos servidores do setor responsável
77 que, em pouco número para atender a demanda, acabam por ficar sobrecarregados, lidando com a
78 subsistência dos alunos. Em seguida, o conselheiro Vitor Gabriel Bucieri Theodoro passa a palavra
79 para Gabriela Alves dos Santos, que complementa a leitura da carta solicitando diversas
80 providências quanto ao processo de requisição e análise dos auxílios como um todo, além da
81 melhora do tratamento dos estudantes por parte dos servidores. A presidente em exercício solicita
82 que a carta seja enviada à Secretaria-Geral para encaminhamento à Pró-Reitoria de Assuntos
83 Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) e à Reitoria para as devidas providências; 5) a
84 conselheira Bianca Barbosa Bertolotto realiza um informe em nome da representação discente que
85 registrou alguns transtornos relacionados ao funcionamento do Restaurante Universitário (RU) de
86 ambos os *campi* da UFABC. Tais transtornos ocasionaram longas filas e conseqüentemente
87 acarretaram no atraso dos estudantes ao trabalho e às aulas. Ainda, a conselheira solicita a revisão
88 do fluxo de acompanhamento da ProAP junto aos RU e questiona quanto ao restabelecimento e
89 atuação da Comissão de Apoio ao Funcionamento dos Restaurantes Universitários (Cafru); 6) a

90 conselheira Érica Terceiro Cardoso passa a palavra ao conselheiro Lucas Mathias Ribeiro,
91 representante suplente discente da pós-graduação, que chama a atenção de todos quanto à situação
92 dos trabalhadores terceirizados da UFABC que atuam no *campus* de São Bernardo e enfrentam
93 dificuldade de deslocamento, sobretudo aos finais de semana, pois a linha metropolitana não está
94 fazendo o trajeto oficial, deixando os trabalhadores longe da universidade e em situação de
95 insegurança. Além disso, informa que há relatos de que trabalhadoras terceirizadas haviam sido
96 proibidas de utilizar o ônibus fretado e que a representação discente está em contato com a empresa
97 para esclarecimentos e solicita apoio da gestão nos encaminhamentos. **Ordem do Dia: Ata da I**
98 **sessão ordinária do ConsUni de 2023, realizada nos dias 21 e 28 de março de 2023.** A presidente
99 em exercício questiona se há algum comentário acerca do documento. Não havendo manifestação
100 por parte das conselheiras e conselheiros, a presidente em exercício encaminha o documento para
101 votação. Ata aprovada com 5 abstenções. **Ata da II sessão ordinária do ConsUni de 2023, realizada**
102 **no dia 30 de maio de 2023.** A secretária-geral substituta, Fabiane Alves, informa que foi solicitado
103 um ajuste no cabeçalho, tendo em vista a notificação de que a conselheira Maria Isabel Mesquita
104 Vendramini Delcolli estava em período de férias na data da reunião. A presidente em exercício
105 questiona o Conselho se há comentários adicionais acerca do documento. A conselheira Natália
106 Gil solicita complementação de sua fala no trecho que trata da criação do curso de História.
107 Fabiane Alves informa que o áudio da reunião será recuperado e a transcrição do trecho solicitado
108 será elaborado conforme a fala da conselheira. Findos os comentários, a presidente em exercício
109 encaminha o documento para votação. Ata aprovada com 6 abstenções. **Proposta orçamentária**
110 **2024.** Mônica Schröder esclarece que esse documento chega para discussão no ConsUni depois de
111 um longo processo, bastante capilarizado por toda a universidade e bastante técnico com relação
112 a todas as demandas que a UFABC tem para o próximo ano, cuja proposta relaciona-se com o
113 planejamento estratégico e com o PDI, principalmente no que tange à consolidação dos dois *campi*.
114 Informa que o documento chega com antecedência a este Conselho, pois respeita um calendário
115 definido para a construção do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que, posteriormente,
116 será encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Congresso Nacional. Passa a palavra à
117 relatora da Canoa, a pró-reitora adjunta de Administração, Vanessa Cervelin Segura, que detalha
118 as etapas do orçamento até sua chegada ao ConsUni, destacando a evolução da elaboração da
119 Proposta ao longo dos anos e pontuando que, a partir de 2019, passou a ser construída com o apoio
120 do Plano Anual de Contratações (PAC), oriundo do Governo Federal. Elucida que, no segundo
121 semestre de cada ano, são realizadas discussões em Audiências Públicas, reuniões entre setores,
122 reuniões da Canoa e, por fim, sessão do ConsUni, resultando nas resoluções que instituem as
123 Diretrizes Orçamentárias. Esclarece que em 2023 a elaboração da Proposta Orçamentária ocorreu
124 de forma articulada, com o envio de mensagem aos Dirigentes e Agentes de Planejamento (AP)
125 com o cronograma das etapas complementares e as demandas cadastradas pelas Áreas de Execução
126 Orçamentárias (AEO). Para as próximas etapas, pontua: o encaminhamento da Proposta
127 Orçamentária 2024 deliberada hoje ao MEC; a inclusão das informações pela UFABC no Sistema
128 Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP); e a elaboração da Resolução
129 de Diretrizes Orçamentárias (RDO) que é peça fundamental na execução do orçamento da
130 UFABC. Ainda, pontua alguns dos tópicos presentes no documento e ressalta que este ainda
131 depende de decisões do Ministério do Planejamento e do MEC e que servirá de apoio na
132 articulação junto ao Congresso Nacional. Detalha os valores descritos nas Propostas
133 Orçamentárias de 2021 a 2023, em comparação com os valores recebidos tanto de custeio quanto
134 de investimento, salientando que a UFABC vem recebendo ao longo dos anos, aproximadamente,
135 50% a menos dos valores solicitados de custeio e 97% a menos dos valores solicitados de
136 investimento. Por fim, elucida que as propostas das AEO demonstram o esforço da UFABC em
137 apresentar valores que dialoguem com as necessidades de manutenção e recomposição da
138 universidade e que, após discussão e aprovação por unanimidade da Proposta Orçamentária pela

139 Canoa, esta recomenda a aprovação integral do documento. Em complemento, a presidente em
140 exercício informa que a reunião com o MEC na qual reitor se encontra hoje acontece a partir de
141 deliberações da Andifes, realizada em meados de junho, na UFABC, que estabeleceu critérios
142 bastante importantes, dentre os quais, a solicitação, ao Governo Federal, do equivalente ao
143 orçamento 2015, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pois
144 esse orçamento foi o último adequado recebido pelas universidades, antes de todos os cortes dos
145 anos seguintes. Acrescenta que a Andifes, no referido Seminário, ainda tratou: i) do Fator
146 Amazônia, que objetiva um complemento de orçamento para as universidades que estão
147 localizadas na Amazônia Legal; ii) da situação das universidades super novas, que estavam em seu
148 processo de constituição durante crise orçamentária; iii) do incentivo à curricularização da
149 Extensão; iv) do incentivo às universidades que possuem Licenciatura Indígena e do Campo; v)
150 da educação à distância; vi) do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), numa perspectiva
151 de recuperação e recomposição dos recursos orçamentários. Em complemento, o pró-reitor de
152 Planejamento de Desenvolvimento Institucional, Daniel Pansarelli, ratifica a apresentação da
153 relatora da Canoa e ressalta que a Proposta Orçamentária 2024 é resultado de uma elaboração
154 amplamente participativa cujos valores apresentados pelas áreas são os ideais para o
155 funcionamento, com excelência, da UFABC e não sofreram nenhum tipo de corte ou limitação
156 pela Pró-Reitoria de Planejamento de Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI). Saliencia que na
157 proposta deste ano foi acrescentada uma subação para tratar especificamente de acessibilidade,
158 além de ter sido adicionado um programa de permanência e assistência estudantil para os alunos
159 da pós-graduação. Por fim, informa que todas as áreas apresentam um orçamento maior que aquele
160 praticado este ano e relembra que esta é somente a proposta feita ao MEC, não necessariamente o
161 que será recebido pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Em discussão são levantados os seguintes
162 pontos: 1) ressalta-se a necessidade do levantamento de recursos para a acessibilidade no entorno
163 dos prédios da UFABC; 2) reforça-se a necessidade de mais atenção à acessibilidade nos *campi*
164 da UFABC; 3) manifesta-se estranheza perante a estagnação da Comissão Permanente de
165 Acessibilidade (CoPA); 4) ressalta-se a importância da implementação do programa de assistência
166 estudantil voltado aos alunos da pós-graduação; 5) solicita-se mais publicidade dos
167 encaminhamentos referentes ao orçamento destinado às ações de permanência estudantil. Em
168 atenção aos comentários, Mônica Schröder esclarece que já existe um projeto aprovado para ambos
169 os *campi* que visa a consolidar a acessibilidade na UFABC, sendo necessário repasse de recursos
170 de investimento. Em complemento, Daniel Pansarelli informa que estão reservados R\$ 11 milhões
171 para obras relativas à acessibilidade nos *campi* e que a criação de uma rubrica específica na
172 Proposta Orçamentária 2024, que contempla a acessibilidade, tem a intenção de favorecer o
173 acompanhamento da aplicação dos recursos orçamentários. Ademais, esclarece que há um esforço
174 da Gestão em transformar as planilhas oficiais apresentadas que são enviadas ao Governo, em um
175 formato mais didático e mais compreensível para a disponibilização à comunidade. Quanto ao
176 levantamento de recursos, ressalta que há a existência de uma janela de oportunidades para
177 diálogos junto ao Governo Federal, trazendo boa perspectiva futura. Nesse sentido, recorda que a
178 diretora de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior, Tânia Mara Francisco,
179 visitou todas as obras da UFABC que estão pendentes para avaliar a liberação de recursos de
180 investimento. A presidente em exercício lembra, ainda, que um caderno de obras foi entregue ao
181 Presidente Lula e ao Ministro da Educação Camilo Santana, na visita à UFABC, em 02 de junho,
182 cujo conteúdo detalha as demandas da universidade no período até 2026. Em relação à
183 publicização dos dados, Daniel Pansarelli informa que no site da ProPlaDI é possível encontrar
184 dados relativos à execução orçamentária, postados mensalmente e, de maneira mais didática, as
185 informações podem ser encontradas no Repositório de Dados da UFABC. Complementarmente,
186 Mônica Schröder destaca que um Boletim Orçamentário Bimestral é encaminhado aos membros
187 da Canoa e disponibilizado no site dessa comissão. Findas as discussões e não havendo propostas

188 de alteração do documento, a presidente em exercício encaminha o documento para votação.
189 Proposta Orçamentária 2024 aprovada por unanimidade. **Expediente:** Proposta de alteração da
190 Resolução ConsUni nº 166, de 1º de agosto de 2016, que instituiu o Comitê de Extensão e Cultura
191 (CEC). A pró-reitora de Extensão e Cultura, Gabriela Rufino Maruno, apresenta o contexto da
192 proposta de revisão do documento que, em suma, emerge do amadurecimento dessa instância no
193 trato de suas demandas e também em virtude da aprovação da Resolução ConsEPE nº 253, que
194 trata da curricularização da Extensão, cujos processos estão alinhados à agenda prioritária da Pró-
195 Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) e do CEC, assim como ao planejamento estratégico de
196 ambos. Esclarece que o documento apresentado se refere à Resolução que cria o Comitê, portanto,
197 não é uma resolução operacional e não diz respeito a seu funcionamento, razão pela qual são
198 excluídos alguns itens desta resolução. Desse modo, após a deliberação pelo ConsUno desta
199 proposta de revisão, será submetida, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE), uma
200 proposta de revisão do Regimento do CEC. Passa a destacar as principais atualizações realizadas
201 na minuta em discussão: i) alteração da designação de Comitê para Comissão; ii) revisão das
202 competências; iii) inclusão da cadeira da Agência de Inovação da UFABC (InovaUFABC), tendo
203 em vista as atividades de extensão tecnológica na universidade; iv) definição dos formatos das
204 atividades extensionistas e culturais; v) possibilidade de atribuição de algumas atividades da
205 Comissão à ProEC e outras atividades específicas à InovaUFABC; vi) exclusão de itens referentes
206 ao funcionamento da CEC; vii) alteração da atribuição de alteração e aprovação do Regimento
207 para a própria Comissão; viii) inclusão de novas normativas de referência; ix) revisão gramatical
208 e textual. Por fim, ressalta que as alterações estão em concordância com as atuais práticas da
209 instância e com o amadurecimento institucional da UFABC. Coloca-se à disposição para eventuais
210 esclarecimentos. Em discussão, diversos conselheiros e conselheiras parabenizam a todos os
211 envolvidos na elaboração do documento e levantam os seguintes pontos: 1) questiona-se a falta do
212 mérito ou objetivo da Extensão descrito no documento, tendo em vista que a, agora, Comissão
213 avaliará os encaminhamentos realizados e sugere-se a menção do documento que trata da
214 curricularização da extensão; 2) sugere-se que o Guia de Creditação da Extensão da Universidade
215 Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) seja usado como referência para ações futuras; 3) questiona-se
216 que na Resolução ConsEPE nº 253, que regulamenta a inclusão de carga horária em ações de
217 extensão e de cultura, em seu Art. 27 determina que a ProEC procurará viabilizar programas
218 permanentes e amplos de extensão junto à comunidade externa, porém, nas atribuições colocadas
219 na revisão, não se percebe tal determinação. Assim, propõe-se adicionar no inciso II do Art. 1º que
220 uma das atribuições, além de apreciar e avaliar, seja a de propor atividades de extensão; 4) propõe-
221 se que os parágrafos 1º e 2º, do Art. 1º, sejam revistos, no intuito de aprimorar a redação legislativa,
222 pois ambos possuem duas frases em cada disposto. Sugere-se, desse modo, que as frases sejam
223 separadas em parágrafos distintos ou que sejam incorporadas em uma única frase; 5) questiona-se
224 a exclusão do Art. 3º e se as determinações postas nesse artigo estarão no Regimento Interno da
225 Comissão; 6) sugere-se que o termo “atividades de extensão e atividades de cultura”, seja
226 substituído em todo o texto por “atividades de extensão e/ou cultura”, de maneira a tornar a leitura
227 do documento mais fluida; 7) sugere-se, no inciso VI, do Art. 1º, a manutenção da designação de
228 Conselhos Superiores, ao invés de especificar somente o ConsUni e o ConsEPE, tendo em vista
229 que está previsto no Regimento da UFABC o Conselho de Desenvolvimento, mesmo que este não
230 esteja implementado; 8) sugere-se, no Art. 2º, que os membros representantes da comunidade
231 externa sejam listados por último no rol, organizando, dessa maneira, a lista dos membros; 9)
232 sugere-se, no Art. 2º, que os representantes externos também possuam suplência; 10) questiona-se
233 a maneira a qual é solicitada a representação dos Centros, tendo em vista que esses possuem
234 números diferentes de cursos, assim como apresentam naturezas diferentes, pontuando-se que essa
235 diversidade pode trazer vasta contribuição às Comissões se fossem colocadas de outra maneira;
236 11) questiona-se qual o procedimento para a submissão de atividades extensionistas feitas por meio

237 de convênios, tendo em vista que pode gerar conflito com a Comissão Permanente de Convênios
238 (CPCo); 12) questiona-se se a CEC será responsável por avaliar as disciplinas com caráter
239 extensionista. Em atenção aos comentários, Gabriela Maruno agradece pelas considerações e
240 esclarece que os dispostos no antigo Art. 3º foram excluídos pois já constam na versão revisada
241 do Regimento Interno da CEC. Quanto à sugestão da menção do documento que trata da
242 curricularização da extensão, informa que, caso não haja impedimento legal ou administrativo, não
243 acata a inclusão nas cláusulas de promulgação. Em complemento, a presidente em exercício sugere
244 que a Resolução ConsEPE nº 253 também seja citada nas cláusulas de promulgação, ao que a
245 demandante acata a proposta. Novamente com a palavra, Gabriela Maruno, em relação à sugestão
246 de adição o verbo “propor” no inciso II do Art. 1º, considera possível, tendo em vista que essa
247 demanda já acontece na Comissão. Quanto à sugestão de alteração dos parágrafos 1º e 2º do Art.
248 1º, acata a proposta para que, tanto as duas frases do parágrafo 1º sejam unidas em apenas uma,
249 quanto as duas frases do parágrafo 2º também sofram alteração. Quanto à maneira de representação
250 dos Centros, sugere que seja apresentada uma alternativa de representação, pois também acredita
251 que uma maior pluralidade na representação seja benéfica para a Comissão. Em complemento à
252 essa questão, Mônica Schröder entende que a ideia central seja pensar em diferentes formas para
253 que os Centros sejam incluídos nas discussões concernentes à curricularização da extensão, mas
254 não necessariamente que isso ocorra neste documento, necessitando um amadurecimento em
255 discussões futuras. Gabriela Maruni, quanto à sugestão de alteração para que o termo “atividades
256 de extensão e atividades de cultura” seja simplificado, acata a proposta, assim como acata a
257 sugestão do uso do termo Conselhos Superiores, ao invés de especificar ConsUni e ConsEPE
258 apneas. Ainda, acata a proposta de suplência para os representantes da comunidade externa. A
259 presidente em exercício aponta a dificuldade no preenchimento das vagas destinadas aos membros
260 da comunidade externa, ressaltando que em virtude disso não se determina a obrigação de
261 suplência para esses representantes, ponderando se não seria prudente deixar o texto como se
262 apresenta. Acerca dessa proposta, alguns conselheiros manifestam que a indicação da suplência
263 será providencial, posto que a sociedade e a Região do Grande ABC estão em um momento
264 bastante mobilizado que incentivará ainda mais os agentes, considerando-se a ocupação da
265 universidade como dispositivo de cultura. Gabriela Maruno entende que o aumento do número dos
266 representantes externos na Comissão fortalecerá ainda mais essa boa relação entre os agentes
267 culturais da UFABC e da sociedade externa. Quanto aos procedimentos para a submissão de
268 atividades extensionistas através de convênios, ressalta que esses fluxos ainda serão revisados e
269 amplamente divulgados tão logo sejam aprovados. Ainda, informa que a CEC tem uma relação
270 bastante profícua com a InovaUFABC, que hoje é a responsável pelos termos de cooperação e
271 convênios, não acarretando prejuízos nessa questão. Com relação às análises do caráter
272 extensionista das disciplinas, elucida que a responsável por essa demanda é a equipe técnica da
273 ProEC, não a CEC. Findas as discussões e não havendo mais propostas de aprimoramento do texto,
274 a presidente em exercício propõe a promoção do item à Ordem do Dia. Não havendo objeções, o
275 item é promovido. Já na Ordem do Dia, Mônica Schröder questiona o Conselho se há comentários
276 adicionais. Alguns conselheiros tecem comentários exaltando a proposta e parabenizando a todos
277 pela maneira madura que a curricularização da extensão tem sido tratada na UFABC. Não havendo
278 mais comentários, a presidente em exercício encaminha o documento para votação, considerando
279 as alterações consolidadas e acatadas. Proposta de alteração da Resolução ConsUni nº 166, de 1º
280 de agosto de 2016, que instituiu o Comitê de Extensão e Cultura (CEC) é aprovada por
281 unanimidade. Minuta de Resolução que cria o Programa Pesquisador Colaborador na UFABC,
282 estabelece suas políticas gerais e revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 201. O pró-reitor de
283 Pesquisa, Wagner Alves Carvalho, informa que foram realizadas diversas discussões entre a Pró-
284 Reitoria de Pesquisa (ProPes) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PróPG), no intuito de se chegar
285 a uma proposição mais adequada para a apresentação a este Conselho. Registra agradecimento à

286 secretaria-geral que contribuiu com o aprimoramento do documento, fazendo uma atualização das
287 cláusulas de promulgação, bem elencando os dispositivos que mantém relação com este Conselho
288 e propondo aqueles que poderiam ser delegados à Comissão de Pesquisa (CoPes). Esclarece que a
289 figura do Pesquisador Colaborador está implementada na UFABC desde 2019 e permite acesso à
290 universidade aos pesquisadores que não têm vínculo com a UFABC. Justifica que esse tipo de
291 pesquisador tem trazido diversos benefícios, principalmente no que se refere à contribuição na
292 produção de conhecimento científico e no financiamento das atividades de pesquisa, destacando
293 que existem atualmente 159 Pesquisadores Colaboradores (PC) cadastrados no sistema. Relata que
294 a revisão da resolução se fez necessária porque foram constatadas situações que não foram
295 previstas quando da sua criação em 2019. Saliencia que o programa é destinado exclusivamente a
296 pesquisadores externos que não possuem vínculo com a UFABC, condicionante este o que fica
297 mais claro no documento proposto. Ademais, relata que foi incluída a possibilidade da emissão de
298 um certificado de pós-doutorado, que é uma solicitação recorrente dos pesquisadores vinculados
299 ao programa. Destaca que existe um arcabouço já estabelecido da atuação desses pesquisadores
300 colaboradores, desde que sejam doutores, que permite tal certificação. Em discussão, diversos
301 conselheiros parabenizam o demandante pela iniciativa e os envolvidos na elaboração da resolução
302 e levantam os seguintes pontos: 1) questiona-se se docentes aposentados e docentes vinculados à
303 um curso de pós-graduação, mas que não sejam servidores da UFABC, seriam contemplados por
304 esta resolução ou se estas condições já caracterizam vínculo com a universidade. Caso não
305 caracterizem vínculo, sugere-se adicionar tais possibilidades no Art. 2º; 2) questiona-se a exclusão
306 da possibilidade de o PC ministrar aulas voluntariamente, caso haja concordância da ProPG ou da
307 ProGrad e se há a previsão de esse disposto ser colocado em outras normativas da UFABC; 3)
308 questiona-se acerca da modalidade voluntária da Iniciação Científica (IC), referente a alunos
309 externos, e se existe a possibilidade de inclusão dessa condição nesta resolução; 4) questiona-se
310 sobre a obrigatoriedade dos PC serem bolsistas, tendo em vista que pode impedir a participação
311 de alunos que não possuem bolsa; 5) aponta-se que o Art. 2º está combinando duas questões
312 diferentes, uma que se refere ao nível em que o aluno se encontra, seja graduação ou pós-graduação
313 e outra que se refere à origem do pagamento das bolsas, seja por agência de fomento ou por
314 empresas. Tendo em vista esses pontos, questiona-se se o PC poderá ter qualquer nível de
315 graduação para se candidatar e se o pagamento de bolsas governamentais não serão contempladas
316 no documento; 6) questiona-se se o PC assinará algum termo assumindo o compromisso de
317 respeitar o Código de Ética da UFABC e aponta-se que a Comissão de Ética não tem gerência em
318 apurar denúncias contra PC, como apontado no parágrafo único do Art. 4º, questionando-se quem
319 será o responsável por apurar tais denúncias; por fim, solicita-se tal especificação na minuta; 7)
320 questiona-se como serão certificados os técnicos-administrativos (TA) que se inscreverem como
321 pós-doutorandos; 8) sugere-se, no Art. 2º, a alteração do texto para três incisos, ao invés de apenas
322 dois, criando assim, três categorias distintas de PC, de maneira a deixar mais clara a redação e
323 quem será contemplado pelo programa; 9) sugere-se, no Art. 12, a especificação do responsável
324 pela aprovação e acompanhamento do projeto; 10) aponta-se que o inciso II, do Art. 6º, permite
325 que um professor aposentado seja um orientador, ressaltando-se que o disposto pode gerar conflito
326 se esse docente estiver orientando outro professor aposentado; 11) questiona-se se os PC ficarão
327 legalmente descobertos até a aprovação de suas atribuições na CoPes, tendo em vista a necessidade
328 de aprovação, primeiramente, desta minuta, para que depois as atribuições sejam discutidas pela
329 CoPes, sugerindo-se a adição de uma Disposição Transitória no documento que cubra essa lacuna
330 temporal. Wagner Carvalho agradece pelos comentários e esclarece que a minuta de resolução se
331 refere aos pesquisadores que não possuem acesso à UFABC e acredita que docentes aposentados
332 e docentes vinculados a qualquer curso na universidade já possuem acesso aos *campi*, portanto,
333 não estão precisam ser contemplados pelo documento. Quanto à possibilidade de o PC ministrar
334 aulas, elucida que o Art. 10 prevê que a definição das atribuições cabe à CoPes e que a referida

335 possibilidade é uma das atribuições que compõem o rol, desde que acordadas pela ProGrad ou pela
336 ProPG. Acerca do Art. 2º, entende ser possível a exclusão da especificação da origem do
337 pagamento das bolsas, usando-se apenas o termo “bolsista”, de maneira generalizada. Recorda que
338 que foi aprovada por este Conselho a Resolução que prevê a possibilidade de pagamento de bolsas
339 pós-doutorais quando houver orçamento disponível, que poderá ampliar ainda mais as ofertas.
340 Com relação ao voluntário de IC, aponta que o disposto no inciso II, do Art. 2º, contempla os
341 pesquisadores não pós-graduandos e sem bolsa e salienta que o documento não obriga que o PC
342 seja bolsista. Ademais, esclarece que não há restrição quanto ao nível em que o aluno se encontra,
343 seja graduando, mestrando, doutorando ou pós-doutorando. Quanto ao Código de Ética, elucida
344 que fora mantido o mesmo texto da Resolução nº 201, sendo a Comissão de Ética é a instância
345 responsável por apurar as denúncias dessa natureza na UFABC e que não há a intenção de mudança
346 em relação a isso. Quanto à certificação de pós-doutorado para os servidores TA, informa que,
347 assim que aprovado um regimento na UFABC, que disponha sobre o pós-doutorado na
348 universidade, o servidor será certificado pelas vias habituais, uma vez que não precisará se
349 candidatar ao Programa Pesquisador Colaborador. Quanto ao questionamento acerca das
350 aprovações e do acompanhamento descritos no Art. 12, elucida que o texto se refere ao plano de
351 atividades que será desenvolvido pelo pesquisador durante o período proposto. Assim, entende
352 que seja preciso realizar essa alteração na minuta. Informa que o responsável pela aprovação do
353 plano de atividades é o orientador do PC. Ademais, acata a proposta da adição de uma Disposição
354 Transitória, no intuito de cobrir qualquer lacuna legal que porventura possa surgir. Por fim,
355 agradece pelas contribuições e compromete-se a revisar o documento, incorporando as sugestões
356 acatadas. Além disso, irá fazer uma consulta aos setores responsáveis para esclarecimentos acerca
357 dos servidores aposentados e o tipo vínculo que esses mantêm com a UFABC para que possa
358 adequar a resolução. Considerando as discussões, a presidente em exercício informa que o
359 documento segue para Ordem do Dia da próxima sessão. Em tempo, consulta o Conselho acerca
360 da indicação para composição da Canoa. Não havendo manifestações, reforça o pedido para que
361 os nomes da chapa sejam encaminhados à Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral. Como
362 nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, a presidente em exercício agradece pela
363 presença de todos e encerra a sessão às 17h17. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira
364 Alves, chefe da Divisão de Conselhos e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração,
365 em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, lavramos e assinamos a
366 presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretária-Geral